

ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO

Cel Art **SANZIO** RICARDO ROCHA GUSMÃO

**O General Góes Monteiro e sua contribuição para a
modernização do Exército Brasileiro**



Rio de Janeiro
2020

O General Góes Monteiro e sua contribuição para a modernização do Exército Brasileiro

Policy Paper apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como pré-requisito para o Curso de Especialização em Ciências Militares, com ênfase em Política, Estratégia e Administração Militar.

Orientador: Cel R1 José Lucas de Silva

G982g Gusmão, Sanzio Ricardo Rocha

O General Góes Monteiro e sua contribuição para a modernização do Exército Brasileiro.

31 f. : il. ; 30 cm.

Orientação: José Lucas de Silva.

Policy Paper (Especialização em Política, Estratégia e Alta Administração Militar)

—Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2020.

Bibliografia: f. 31

1. HISTÓRIA MILITAR. 2.HISTÓRIA ORGANIZACIONAL 3. POLÍTICA 4. LIDERANÇA 5. ESTRATÉGIA I. Título.

CDD35001

Cel Art **SANZIO** RICARDO ROCHA GUSMÃO

O General Góes Monteiro e sua contribuição para a modernização do Exército Brasileiro

Policy Paper apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Política, Estratégia e Alta Administração Militar.

Aprovado em ___ de _____ de 2020.

COMISSÃO AVALIADORA

JOSÉ LUCAS DE SILVA – Cel – Presidente
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

JOSÉ HELENO ZANGALI VARGAS – Cel – Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

CÂNDIDO CRISTINO LUQUEZ MARQUES FILHO – Cel – Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

A meu pai, Roberto Luís Gusmão (Beto),
meu eterno herói.

RESUMO EXECUTIVO

O Exército Brasileiro teve um papel fundamental na proclamação e na consolidação da República. Depois de anos de aceitação, até mesmo de submissão ao poder político exercido por civis oriundos da classe representada por cafeicultores mineiros e paulistas, a “República do Café com Leite”, surge, no início dos anos de 1920, um grupo de jovens oficiais dominados por ideais democráticos e progressistas, dispostos a desafiar o poder das oligarquias dominantes. Esse movimento foi nomeado “Tenentismo”. Os quartéis passam a ser lugar de intensas discussões políticas e os militares se dividem entre os que são legalistas e os que são abertamente defensores da derrubada do regime. Com a vitória, na Revolução de 1930, do grupo político liderado por Getúlio Vargas, muitos dos “Tenentes” passam a ocupar cargos públicos, chegando alguns a governar estados como interventores e outros a ocupar ministérios. Muitos desses militares têm seus nomes conhecidos nacionalmente e ainda hoje nomeiam ruas e avenidas por todo o Brasil. Siqueira Campos, Cordeiro de Farias, Juarez Távora, Luís Carlos Prestes, João Alberto e muitos outros, saíram dos quartéis para a vida pública e assim para a História do Brasil. Entre os militares que mais se destacaram no período, cabe ressaltar o papel do General Pedro Aurélio de Góes Monteiro. Legalista em um primeiro momento, o General Góes atua decisivamente para evitar uma guerra civil. Com excepcional trânsito político, consegue viver o paradoxo de estar unido politicamente ao governo e lutar para que as camadas mais baixas da hierarquia militar fossem cada vez mais afastadas dos processos políticos decisórios. Sua luta foi por um Exército cada vez mais profissional e direcionado à defesa externa e à garantia da nossa soberania. Preocupou-se profundamente com a politização da Força que poderia levar o país a sangrentos conflitos entre irmãos. Paralelamente a isso, junto às demais lideranças militares de então, atua de maneira decisiva na preparação das estruturas físicas, administrativas e educacionais da Força Terrestre, de maneira que o EB pudesse acompanhar as profundas mudanças ocorridas na estrutura do estado brasileiro e de sua sociedade. Os reflexos de sua atuação e seu legado podem ser percebidos até os dias de hoje, possibilitando as transformações atualmente em curso.

Palavras-chave: História Militar, História Organizacional, Política, Liderança

RESUMEN EJECUTIVO

El Ejército brasileño tuvo un papel fundamental en la proclamación y consolidación de la República. Después de años de aceptación, incluso sumisión al poder político ejercido por civiles de la clase representada por los caficultores de Minas Gerais y São Paulo, la “República do Café com Leite”, surge, a principios de la década de 1920, un grupo de jóvenes oficiales dominados por ideales democráticos y progresistas, dispuestos a desafiar el poder de las oligarquías dominantes. Este movimiento se denominó “Tenentismo”. El cuartel se convierte en un lugar de intensas discusiones políticas y el Ejército se divide entre los legalistas y los abiertamente defensores del derrocamiento del régimen. Con la victoria, en la Revolución de 1930, del grupo político liderado por Getúlio Vargas, muchos de los “Tenientes” pasaron a ocupar cargos públicos, algunos incluso gobernaban estados como intervinientes y otros ocupaban ministerios. Muchos de estos soldados tienen sus nombres conocidos a nivel nacional e incluso hoy nombran calles y avenidas en todo Brasil. Siqueira Campos, Cordeiro de Farias, Juárez Távora, Luís Carlos Prestes, João Alberto y muchos otros, dejaron el cuartel por la vida pública y por tanto por la Historia de Brasil. Entre los militares que más se destacaron en el período, cabe mencionar el papel del General Pedro Aurélio de Góes Monteiro. Legalista al principio, el general Góes actúa con decisión para evitar una guerra civil. Con excepcional influencia política, logra vivir la paradoja de estar políticamente unido al gobierno y luchar por que las capas inferiores de la jerarquía militar sean cada vez más alejadas de los procesos de toma de decisiones políticas. Su lucha fue por un Ejército cada vez más profesional, orientado a la defensa exterior y la garantía de nuestra soberanía. Estaba profundamente preocupado por la politización de la Fuerza que podría llevar al país a sangrientos conflictos entre hermanos. Al mismo tiempo, junto con los otros líderes militares de la época, actúa de manera decisiva en la preparación de las estructuras físicas, administrativas y educativas de la Fuerza Terrestre, para que la EB pueda seguir los profundos cambios ocurridos en la estructura del Estado brasileño y su sociedad. Los reflejos de su actuación y su legado se pueden ver hasta hoy, posibilitando las transformaciones en curso.

Palabras clave: Historia Militar, Historia Organizacional, Política, Liderazgo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
1.1	PROBLEMA	10
1.2	OBJETIVO GERAL	10
1.3	OBJETIVO ESPECÍFICO.....	11
1.4	DELIMITAÇÃO DA PESQUISA	11
1.5	CONTRIBUIÇÃO DA PESQUISA	12
2	REFERENCIAL TEÓRICO	12
3	METODOLOGIA	12
4	DESENVOLVIMENTO	13
4.1	O GENERAL GÓES MONTEIRO	13
4.2	O GOVERNO GETÚLIO VARGAS	18
5	CONCLUSÃO	29
	REFERÊNCIAS	31

1 INTRODUÇÃO

O Exército Brasileiro teve um papel fundamental na proclamação e na consolidação da República. Tendo exercido também papel decisivo na Abolição da Escravatura e nas revoltas que colocaram em risco a estabilidade do país, o Exército chegou ao século 20 desestruturado em sua doutrina e organização, defasado em seus equipamentos e instrução e sem rumo quanto a sua missão enquanto instituição nacional e permanente. Após uma primeira tentativa de modernização, que incluiu o envio de um grupo de oficiais para a Alemanha, os “Jovens Turcos”, a fim de obterem conhecimentos e novas experiências, um novo horizonte se abriu dentro da Força.

Depois de anos de aceitação, até mesmo de submissão ao poder político exercido por civis oriundos da classe representada por cafeicultores mineiros e paulistas, a “República do Café com Leite”, surge, no início dos anos de 1920, um grupo de jovens oficiais dominados por ideais democráticos e progressistas, dispostos a desafiar o poder das oligarquias dominantes. Esse movimento foi nomeado “Tenentismo”. Os quartéis passam a ser lugar de intensas discussões políticas e os militares se dividem entre os que são legalistas e os que são abertamente defensores da derrubada do regime. Pronunciamentos acalorados tomam conta dos jornais e dominam as conversas sobre política. Depois de uma série de malsucedidos levantes militares, a crise das oligarquias traz para dentro dos quartéis um grupo de políticos que, objetivando tirar proveito do prestígio que gozava o Exército junto à população, incita os militares a participar da derrubada do governo. Com a vitória, na Revolução de 1930, do grupo político liderado por Getúlio Vargas, muitos dos “Tenentes” passam a ocupar cargos públicos, chegando alguns a governar estados como interventores e outros a ocupar ministérios. Muitos desses militares têm seus nomes conhecidos nacionalmente e ainda hoje nomeiam ruas e avenidas por todo o Brasil. Siqueira Campos, Cordeiro de Farias, Juarez Távora, Luís Carlos Prestes, João Alberto e muitos outros, saíram dos quartéis para a vida pública e assim para a História do Brasil. Entre os militares que mais se destacaram no período, cabe ressaltar o papel do General Pedro Aurélio de Góes Monteiro. Legalista em um primeiro momento, o General Góes atua decisivamente para evitar uma guerra civil. Com a vitória da Revolução, ascende aos postos mais altos da hierarquia militar e, com excepcional trânsito político, consegue viver o paradoxo de estar unido politicamente ao governo e lutar para que as camadas mais baixas da hierarquia militar fossem cada vez mais

afastadas dos processos políticos decisórios. Sua luta foi por um Exército cada vez mais profissional e direcionado à defesa externa e à garantia da nossa soberania. Preocupou-se profundamente com a politização da Força que poderia levar o país a sangrentos conflitos entre irmãos. Paralelamente a isso, junto às demais lideranças militares de então, atua de maneira decisiva na preparação das estruturas físicas, administrativas e educacionais da Força Terrestre, de maneira que o EB pudesse acompanhar as profundas mudanças ocorridas na estrutura do estado brasileiro e de sua sociedade. Os reflexos de sua atuação e seu legado podem ser percebidos até os dias de hoje, possibilitando as transformações atualmente em curso.

A partir da pesquisa desse contexto histórico, este trabalho tem por finalidade analisar o papel do General Góes Monteiro na profissionalização do oficial do Exército Brasileiro, destacando seu importante legado para os dias de hoje.

O problema se torna importante na medida em que resgata a imagem de uma das figuras militares mais importantes do século XX. Muito se fala da atuação do General Góes Monteiro como sustentador do regime liderado por Getúlio Vargas, chegando-se, inclusive, a atribuir a ele e ao General Dutra a responsabilidade por sua longevidade, entretanto, seu papel como líder militar e suas contribuições para o Exército pouco são estudados. As obras realizadas e transformações ocorridas durante o período em que ele foi o militar mais influente da República, transformaram o Exército no que ele é nos dias de hoje e ainda são de vital importância para a consecução de seus objetivos futuros. A tendência, por parte de muitos historiadores em atribuir a líderes militares papéis meramente secundários ou vinculá-los a defesas de interesses das classes dominantes com uma abordagem tipicamente marxista, contribui para a distorção do verdadeiro papel legalista e profissional desempenhado pelos militares. O tema pode ser considerado atual, pois, depois de várias intervenções militares ao longo da história do Brasil, o país experimenta um período em que, apesar do grande número de militares da reserva que integram o atual governo, a profissionalização é o principal tema da agenda militar. Mesmo no período de 1964 a 1985, quando os militares ditavam as regras da política brasileira, o movimento se deu de forma diversa ao que ocorreu no período estudado. Dessa vez, como hoje, os militares seguiram em uma mesma direção e não se dividiram em facções antagônicas e com inclinações ideológicas diversas. Isso só foi possível pela atuação de chefes militares que conseguiram, através da profissionalização e pelo

isolamento político-ideológico, unificar o pensamento militar na direção da Política do Exército, em detrimento da política no Exército.

1.1 PROBLEMA

O General Góes Monteiro foi muitas vezes citado como um dos sustentáculos do Governo Vargas. Sua atuação como militar e Ministro da Guerra não tem recebido muita atenção. De que maneira a atuação do General Góes Monteiro contribuiu para o afastamento das camadas mais baixas do Exército da política? Quais as suas contribuições para a profissionalização do oficial do Exército Brasileiro? Qual o legado do General Góes Monteiro para o Exército nos dias de hoje? Esses questionamentos consistem no problema a ser estudado nesse trabalho.

1.2. OBJETIVO GERAL

O objetivo geral do projeto é analisar o papel do General Góes Monteiro na profissionalização do oficial do Exército.

A partir desse ponto, determinam-se os objetivos específicos do presente estudo, que são os seguintes:

- a) citar os conceitos e as bases teóricas e históricas que servirão de embasamento para o trabalho;
- b) identificar os principais conceitos e ideários do pensamento militar das décadas de 1920, 1930 e 1940;
- c) identificar o papel do General Góes Monteiro na estrutura militar dos anos de 1920, 1930 e 1940;
- d) citar o envolvimento dos militares no período analisado com a política;
- e) citar as ações do General Góes para afastar os militares da política e profissionalizar o Exército, apresentando as conclusões; e
- f) citar as realizações do período analisado que contribuíram para a modernização e profissionalização do Exército.

1.3 OBJETIVO ESPECÍFICO

O problema se torna importante na medida em que resgata a imagem de uma das figuras militares mais importantes do século XX. Muito se falou da atuação do General Góes Monteiro como sustentador do regime liderado por Getúlio Vargas, chegando-se mesmo a atribuir a ele e ao General Dutra a responsabilidade pela longevidade do regime. Seu papel como militar e suas contribuições para a Força pouco foram estudados. A tendência, por parte de muitos historiadores em atribuir a líderes militares papéis meramente secundários ou vinculá-los a defesa de interesses da classe dominante com uma abordagem tipicamente marxista, contribui para a distorção do verdadeiro papel desempenhado pelo militar. O tema pode ser considerado atual, pois após várias intervenções militares ao longo de sua história, o Brasil hoje experimenta um período em que a profissionalização é o principal tema da agenda militar. Mesmo no período de 1964 a 1985, quando os militares ditavam as regras da política brasileira, o movimento deu-se de forma diversa ao acontecido no período estudado. Dessa vez, os militares seguiram um comando central e não se dividiram em facções antagônicas e com inclinações ideológicas adversas. Isso só foi possível pela atuação dos chefes militares conseguiram pela profissionalização e pelo afastamento da política, unificar o pensamento militar. A relevância deste trabalho consiste em tentar demonstrar que a atuação do General Góes Monteiro contribuiu para essa profissionalização e unidade de pensamento.

1.4 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

A abordagem que o autor pretende realizar sobre o tema é a de que a atuação do General Góes Monteiro como militar e como Ministro da Guerra foi fundamental para a profissionalização do oficial do Exército Brasileiro. Essa profissionalização será abordada analisando as ações do General para afastar as camadas mais baixas do Exército da influência política, as realizações e o legado que, direta ou indiretamente, tiveram sua participação. O Movimento Tenentista e suas divisões também serão estudados.

1.5 CONTRIBUIÇÃO DA PESQUISA

O resultado do projeto em pauta pretende resgatar uma figura de considerável valor histórico para o Exército Brasileiro.

Ao descrever a atuação do General Góes Monteiro no período compreendido pelo Tenentismo e a Era Vargas, mostrar a sociedade e ao Exército a verdadeira face do militar sem os estereótipos de uma visão histórica marxista.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A problemática relativa à participação do General Góes Monteiro no período compreendido pelo Tenentismo e o Governo Vargas tem base bibliográfica em diversas edições, destacando-se o livro de Lourival Coutinho, “O General Góes Depõe”, onde o próprio militar relata sua atuação como militar e político. Outras publicações sobre o período, como o trabalho do professor Boris Fausto, “A Revolução de 1930”, relatam os antecedentes da referida revolução e o envolvimento de militares nos movimentos políticos da década de 1920. Mais específicos sobre o assunto, são “Os Militares e a Revolução de 30”, de Eurico de Lima Figueiredo e “Tenentismo e Política” de Maria Cecília Spina Forjaz, que relatam especificamente a participação de militares na política. Com esses livros pode-se traçar um quadro da politização nas Forças Armadas da época. A procura de estudos recentes será realizada em trabalhos de pesquisa direcionados ao tema arquivados nas bibliotecas da ESG e ECEME, bem como em produção bibliográfica que aborde o tema no Brasil. A definição de alguns conceitos e categorias se faz necessária para a padronização sequência do trabalho. Assim, serão definidos conceitos como Tenentismo, Era Vargas, pensamento militar e profissionalização da força.

3 METODOLOGIA

O trabalho será desenvolvido com base em pesquisa bibliográfica e documental, compreendendo as seguintes técnicas:

- a) levantamento de bibliografia;
- b) seleção de bibliografia;
- d) leitura analítica da bibliografia selecionada; e

e) fichamento (elaboração das fichas bibliográficas, de citação, de resumo e analíticas.

4 DESENVOLVIMENTO

4.1 O GENERAL GÓES MONTEIRO

Pedro Aurélio de Góes Monteiro nasceu a 12 de dezembro de 1889, na cidade de São Luís do Quitunde, na então província de Alagoas, filho do médico sanitarista Pedro Aureliano Monteiro dos Santos e de Constança Cavalcante de Góes Monteiro. Era o mais velho de uma família de nove irmãos.

Em 1903, se mudou para o Rio de Janeiro, a fim de ingressar na Escola Militar do Realengo, o que aconteceu no ano seguinte quando contava com 14 anos de idade. Transferido para Porto Alegre em 1906, de lá saiu Aspirante a Oficial da arma de cavalaria, em 1909. Foi promovido a segundo tenente em 1914 e em 1916 se casou com a senhora Conceição Saint-Pastous. Tiveram dois filhos, Maria de Lourdes e Pedro, esse último falecido em um acidente aéreo de reconhecimento, em 02 de outubro de 1936 (COUTINHO, 1956).

Ainda na Escola Militar de Porto Alegre, se filiou ao Partido Castilista, escrevendo artigos sobre temas militares no diário "Debate", época em que foi apresentado a Getúlio Vargas, um dos diretores do jornal (COUTINHO, 1956).

Rapidamente adaptado aos novos métodos e ensinamentos trazidos pela Missão Francesa, destacou-se no Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais, em 1921, e já no ano seguinte foi matriculado na Escola de Comando e Estado Maior do Exército, onde acompanhou bem de perto a Revolta dos 18 do Forte de Copacabana.

Por sua sugestão, em 1923, por ocasião da Revolução Libertadora, ocorrida no Rio Grande do Sul, a Brigada Militar, controlada pelo governo do estado, foi reorganizada. Promovido a capitão em 1924, foi nomeado professor antes do final do curso, do qual foi o primeiro colocado. Como capitão, participou da repressão à Revolta de Isidoro Dias Lopes e, ao final do conflito, escreveu uma dura crítica à atuação das forças legalistas, segundo a opinião de seu chefe de estado-maior, General Paes de Andrade (COUTINHO, 1956). Como chefe de estado-maior do denominado Destacamento Mariante, combateu a Coluna Miguel Costa-Prestes. De sua experiência, escreveu a obra Operações do Destacamento Mariante no Paraná

Ocidental, em colaboração com o General Caiado de Castro. Góes Monteiro chegou ao período que antecedeu a Revolução de 30 no posto de Tenente Coronel, promovido por antiguidade e contando com a desconfiança de parte da oficialidade, fruto de suas relações pessoais de amizade e parentesco com políticos gaúchos e de sua postura contrária ao envolvimento político de militares dentro dos quartéis.

A necessidade dos conspiradores de encontrar um líder militar para o movimento que se desenhava, levou-os a buscar a Luís Carlos Prestes, que estava no exílio, em Buenos Aires, e que já se havia identificado com o comunismo. Diante das negativas de Prestes em abandonar sua ideologia, seu nome foi rechaçado e por influência de Oswaldo Aranha, Góes Monteiro foi eleito, em abril de 1930, como chefe militar da Revolução.

Após a vitória da Revolução de 1930, com a passagem de muitos oficiais para a reserva, desgostosos com a situação, foi promovido, no começo de 1931 a Coronel e, no mesmo ano, promovido a General de Brigada, o que motivou Góes a escrever uma carta ao Comando do Exército questionando sua rápida ascensão, tendo em vista ser ele um crítico do sistema de promoções da Força. Na resposta, foi-lhe informado que as promoções ocorreram devido a seus méritos pessoais e às vagas disponíveis (COUTINHO, 1956). Participou, nessa ocasião, no cargo de Comandante da 2ª Região Militar, de conversações entre revoltosos e legalistas para que não ocorresse perseguição aos comandantes militares que participaram da repressão às rebeliões Tenentistas. Contribuiu, dessa maneira, para a volta da normalidade da vida militar e para a unificação das Forças Armadas.

Como fundador e primeiro presidente do Clube 3 de Outubro, estabeleceu conversas com os Tenentes a fim de impedir que discussões políticas fossem levadas para dentro dos quartéis. O Clube resguardaria a disciplina e daria oportunidade de reconciliação entre os militares revolucionários e seus antagonistas. Também teria a função de estabelecer as bases de um novo partido político que daria sustentação, em âmbito nacional, aos ideais da Revolução.

Quando eclodiu a Revolução Constitucionalista de 1932, Góes teve uma destacada atuação na repressão ao movimento, sendo comandante do Destacamento do Exército Brasileiro de Leste. Cabe destacar que foram as cartas escritas por Góes ao General Bertoldo Klinger que desestimularam aquele que era o militar mais admirado do Exército a época, em aceitar o convite para comandar as tropas paulistas, algo que, caso se concretizasse, poderia dividir o Exército Brasileiro e aumentar

consideravelmente o poder de fogo dos revolucionários. Ao final do conflito, recusou solenemente o cargo de interventor em São Paulo, como também a entrada na cidade com suas tropas para não aumentar os dissabores e não humilhar os vencidos. Teve ainda importante papel no período posterior ao conflito, como presidente de uma comissão que avaliou a atuação dos oficiais revoltosos, conseguindo reparações que regularam o tema definitivamente.

Participou de uma comissão, sob a presidência do Ministro Afrânio de Melo Franco, composta por eminentes juristas e pessoas importantes da política nacional, que tinha a finalidade de elaborar um anteprojeto da nova Constituição de 1934. Durante os trabalhos da constituinte, chegou a pensar que poderia ser o futuro Presidente da República, mas, depois de fazer um acordo político, não aceitou a proposta que, segundo ele, não traria mais estabilidade à nação. Foi, então, encarregado de reorganizar o Exército, algo que desejava desde os tempos de tenente, exercendo a função de Ministro da Guerra. Os parlamentares decidiram, então, conceder um novo mandato a Getúlio Vargas.

Como Ministro da Guerra, lutou pelo afastamento dos militares da política e pela unidade das Forças Armadas. Divergiu de Flores da Cunha por exigir a desmobilização dos Corpos Provisórios, mantidos em armas no Rio Grande do Sul, e teve que enfrentar uma greve de 800 cadetes, ocorrida na Escola Militar, que terminou com punições disciplinares para os cadetes e a exoneração a pedido de seu comandante, o General José Pessoa. Também enfrentou um movimento nas Forças Armadas, com repercussão no Clube Militar, por motivos dos soldos dos militares (McCANN, 2010). Em maio de 1935, sofrendo grande oposição, abriu mão de seu cargo, continuando, no entanto, a exercer grande influência sobre o governo Vargas. Fruto dessa influência, foi o responsável direto pelo fechamento da Aliança Nacional Libertadora (ANL), reunião de tendências políticas de esquerda, que, de maneira velada e sob o pretexto de combater o fascismo e o imperialismo, buscava a difusão de ideais comunistas e sua infiltração na sociedade. Participou, também, da repressão à Intentona Comunista de 1935, que tinha apoio de elementos da ANL.

Ocupando a presidência do Clube Militar, em janeiro de 1937, e o Estado-Maior do Exército, em julho do mesmo ano, teve papel fundamental na sustentação ao “Golpe do Estado Novo”, executado por Getúlio Vargas, em novembro daquele mesmo ano. Sua atuação enérgica e imediata impediu o êxito da ação integralista

contra o Ministério da Guerra e contra a própria vida do Presidente Getúlio Vargas, em 11 de maio de 1938.

Em 1939, por influência de Oswaldo Aranha, Ministro das Relações Exteriores do governo Vargas, foi convidado a participar de uma missão militar nos Estados Unidos com o objetivo de estreitar os laços de amizade entre os dois países, devido à ameaça de uma guerra mundial, que poderia envolver o Brasil. A Aliança Militar Brasil-Estados Unidos, iniciada em 1936, foi fortalecida com o envio de uma missão militar brasileira liderada pelo General Góes Monteiro, à época, Chefe do Estado-maior do Exército. O resultado dessa missão foi o aumento da cooperação e o estreitamento dos laços culturais, comerciais e militares, como por exemplo a instalação de bases norte-americanas em território brasileiro, a declaração de guerra pelo Brasil contra a Alemanha, em 1942, e o envio da Força Expedicionária Brasileira (FEB) a Itália, em julho de 1944. Também teve importante participação na concessão do financiamento para a construção da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em Volta Redonda, no estado do Rio de Janeiro. Além disso, como militar mais influente do governo, atuou para reformular o sistema de promoções de oficiais e praças das Forças Armadas, reestruturou e reorganizou o Exército e, principalmente, proporcionou meios para que as estruturas da Força pudessem ser modernizadas de tal forma que, até hoje, seus reflexos podem ser sentidos. A Academia Militar das Agulhas Negras, A Escola de Comando e Estado Maior do Exército, O Instituto Militar de Engenharia e o Palácio Duque de Caxias, por exemplo, são legados dessa época. O Brasil abandonava a doutrina francesa e a influência européia, para, a partir de então, alinhar-se doutrinariamente às Forças Armadas dos Estados Unidos da América e buscar sua própria identidade.

Em 1943, deixou o Estado Maior do Exército para assumir o posto de Embaixador Extraordinário junto à Comissão Consultiva de Emergência para a Defesa Política do Continente, em Montevidéu, cargo que ocupou até dezembro de 1944. De volta ao Brasil, continuou influenciando os destinos do país. Participou ativamente das decisões tomadas pelo governo ao final da Segunda Guerra Mundial, seja em relação à política externa e ao relacionamento do Brasil com seus vizinhos - particularmente a Argentina, que vivia um período de conturbação – seja em relação a política interna, devido a tensão cada vez maior por causa da sucessão presidencial que se aproximava.

Reassumiu o Ministério da Guerra em agosto de 1945, já no governo do General Eurico Gaspar Dutra. Durante esse período, foi a chave para a manutenção da estabilidade do país, para a unidade das Forças Armadas e para a garantia da sucessão democrática e pacífica. Ainda que tenha sido conselheiro e, por diversas oportunidades, integrante efetivo da administração Vargas, coube ao General Góes Monteiro dizer ao Presidente da República que seu governo não poderia mais continuar e que era necessário haver eleições livres, sem sua participação, para decidir quem seria o novo chefe do Executivo.

Getúlio Vargas foi novamente eleito Presidente da República, dessa vez, sob voto popular e com nova Constituição vigente. O general Góes Monteiro foi convidado para compor a chapa como Vice-Presidente. Como não aceitou o convite, foi indicado Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), permanecendo no cargo até dezembro de 1952. Nessa função, apresentou um informe na Conferência de Chanceleres Americanos, em Washington, na qual defendeu a não participação do Brasil no conflito coreano, por considerar o país desprovido de meios para cumprir a dita missão. No mesmo ano, ajudou a elaborar o Acordo de Cooperação Brasil – Estados Unidos. Apesar de crítico em relação ao acordo, por considerá-lo, em sua primeira versão, extremamente danoso ao desenvolvimento nacional, buscou reduzir as perdas e negociar o que melhor se adaptasse à realidade brasileira, posto que a decisão política já havia sido tomada. Ainda naquele mesmo ano, foi nomeado Ministro do Superior Tribunal Militar, cargo que ocupou até seu falecimento, em 1956.



Figura 1: Retrato de Góes Monteiro. S.l., 1939. (Arq. BVa foto 079
Fonte: <http://www.fgv.br/cpdoc/guia/detalhesfundo.aspx?sigla=GM>

4.2 O GOVERNO GETÚLIO VARGAS

Getúlio Dorneles Vargas nasceu em 19 de abril de 1882, em São Borja, Rio Grande do Sul, filho de Manuel Nascimento Vargas, militar e agricultor gaúcho que lutou na Guerra do Paraguai e na Revolução Federalista (1893–1895) junto a Júlio de Castilhos e contra os Florianistas. O político mais influente da primeira metade do século XX no Brasil, o “Pai dos Pobres”, como era conhecido, deixou um legado, um tanto controverso para alguns, que segue vivo até os dias de hoje, tomando como exemplo a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (desativado no governo atual) e a instalação das primeiras leis trabalhistas do Brasil. Para muitos historiadores, foi sob seu comando, depois da Revolução de 1930, que se inaugurou o moderno Estado Brasileiro.

Derrotado nas eleições presidenciais de 1929, Vargas liderou o movimento que o levou ao poder, iniciado em 03 de outubro de 1930, que ficou conhecido como a “Revolução de 1930”. O êxito do movimento se deve, em grande parte, à ação militar promovida pelo tenente coronel Góes Monteiro. Depois de ter sido enviado pelo

governo republicano para comandar o Regimento de São Luiz Gonzaga, manteve contato com políticos gaúchos de sua amizade e parentesco e participou ativamente das conspirações. No cargo de chefe militar da revolução, coube a Góes Monteiro defender a posição de Getúlio como novo líder político nacional:

O tenente coronel Góes Monteiro, representando o elemento militar da Aliança Liberal, exigiu: “O governo provisório tem que ter como seu chefe o Dr Getúlio Vargas, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, a quem a revolução reconhece como Presidente eleito do Brasil, recusando-se a reconhecer as fraudes praticadas pelos poderes executivo e legislativo federal. (FIGUEIREDO, 1989)

Além de Góes e outros militares destacados que tinham história legalista, os “Tenentes” também se uniram à Revolução de 1930. A exceção foi Luís Carlos Prestes, exilado na Argentina e agora convertido ao comunismo, que considerava o caráter da revolução extremamente liberal. O governo que se estabeleceu, conhecido como Era Vargas, trouxe profundas mudanças à política e à sociedade brasileira.

A mudança da liderança política trazida pela ascensão de Vargas à Presidência ficou conhecida como Revolução de 30. Acontecimentos subsequentes confirmaram a exatidão do nome, pelo menos na esfera política. Na década e meia que se seguiu à chegada de Vargas ao poder, quase todas as características do sistema político e da estrutura administrativa foram submetidas ao zelo reformista. Muitas dessas reformas não passaram de ficções jurídicas. Mas as mudanças postas em prática até 1945 foram suficientes para transformar, irrevogavelmente, o mundo governamental e político que produzira os revolucionários de 30. (SKIDMORE, 2010)

No Exército, as mudanças profundas também se fizeram sentir, com a chegada ao poder de Góes Monteiro e o grupo de oficiais que sonhavam com uma Força mais profissional, melhor equipada e longe das conspirações políticas. Agora se podia pensar na “política do Exército e não no Exército”, como dizia Góes Monteiro. Desde os primeiros dias da República, muitos oficiais dividiam seu tempo entre tarefas militares políticas. Havia oficiais que passavam mais tempo como políticos do que como militares.

Na verdade, os oficiais estavam politicamente empenhados em assegurar suas promoções, nomeações e benefícios. Alguns usaram seu status militar como trampolim para carreiras políticas. Durante todo o período de 1889-1930, muitos oficiais ocuparam cargos no Congresso e nos governos estaduais e municipais. (McCANN, 2009)

Paralelamente a isso, o sistema de promoções militares era pouco transparente, o que dava margem para todo tipo de interpretações.

Idealmente, as promoções estavam associadas ao mérito, mas muitas vezes a influência política e o apadrinhamento de oficiais superiores determinavam quem era favorecido. Capitães podiam esperar de dez a quinze anos para chegar a major, o que incentivava a rotina burocrática em detrimento do empenho no treinamento e nos estudos. (McCANN, 2009)

Os primeiros quatro anos da “Era Vargas” foram chamados Governo Provisório, já que Getúlio governou sem a vigência de uma constituição. Em 1932, uma grande rebelião ocorreu em São Paulo contra o poder de Vargas. Era a “Revolução Constitucionalista”, levada a cabo pelos políticos, industriais e cafeicultores paulistas, descontentes com sua expulsão do poder e pela falta de cumprimento de uma das principais promessas de Vargas de, no mais curto prazo possível, promulgar uma nova constituição. Também contribuiu, talvez decisivamente, a nomeação de interventores pouco afetos aos interesses paulistas, que com pouca habilidade política não puderam arrefecer os ânimos locais. Em particular, causou descontentamento aos paulistas o período de intervenção exercido por João Alberto Lins de Barros, destacado tenente integrante da Coluna Miguel Costa-Prestes. Seu governo foi responsável por um grande déficit nas contas públicas e pela desorganização da administração. Até seus antigos camaradas revolucionários, como o tenente João Cabanas e o coronel Miguel Costa começaram a opor-se a ele. Assim, sua posição no governo paulista tornou-se insuportável. Nem mesmo a influência política de Góes Monteiro, nomeado comandante militar da 2ª Região Militar, pode frear os ânimos dos paulistas.

Góes deixou de ser aliado e se converteu em inimigo de Miguel Costa, mesmo sendo ambos fundadores do ‘Clube 03 de Outubro’, organização cívico-militar integrada por membros de diversos setores da sociedade, com a intenção de dar apoio político à Revolução de 30. Miguel Costa, concomitantemente, comandava a Força Pública do estado e controlava a Legião Revolucionária. Essa última fora criada no final de 1930 com o objetivo de garantir as reformas propostas pelos tenentes, intervir na vida econômica e social do país, fortalecer o governo central, limitar o poder dos grandes fazendeiros, na verdade, os maiores expoentes do antigo regime, e proteger o patrimônio nacional de ações de sindicatos e empresas estrangeiras.

Forças paulistas esperavam o apoio de outros estados, mas acabaram contando apenas com a mobilização de voluntários locais e da guarnição de Mato Grosso, muito reduzida em comparação com os efetivos de Minas Gerais, Rio de Janeiro (capital federal na época) e Rio Grande do Sul. Góes Monteiro dirigiu as tropas

federais no Vale do Paraíba, além disso, através de correspondências enviadas a Bertoldo Klinger, desestimulou aquele que era um dos líderes militares mais destacados da época, a assumir o comando das tropas paulistas. A adesão de Bertoldo Klinger à causa paulista poderia atrair a simpatia de vários oficiais do Exército e teria um enorme potencial de dividir a Força.

Com a derrota dos paulistas, Góes Monteiro voltou a se preocupar com seu principal objetivo: a profissionalização do Exército.

Para Góes, com os paulistas derrotados, o Exército estava livre para voltar sua atenção para os perigos que confrontavam a pátria. Como já mencionado, a guerra civil forneceu um pretexto para expurgar o corpo de oficiais ineptos, dos preguiçosos e dos agitadores. Como general vitorioso, Góes estava aumentando rapidamente sua influência. Derrubara Klinger de sua posição quase mítica como jovem turco reformista, e seria Góes e não os oficiais treinados na Alemanha, quem levaria o crédito de moldar o novo Exército Brasileiro. (McANN, 2009)

Com 42 anos, agora General de Divisão, Góes Monteiro ocupa o cargo mais alto do serviço ativo no Exército. Apesar de sua fama e prestígio, fez o que pôde para escapar da bajulação dos políticos, inclusive renunciar às honras públicas pela vitória contra os insurgentes paulistas. O conflito serviu para reforçar sua opinião de que o Exército estava mal preparado e equipado para fazer frente a um exército verdadeiramente profissional. A demonstração da capacidade de mobilização dada pela indústria de São Paulo também impressionou. Góes Monteiro via a Argentina como a principal ameaça para o Brasil e, por isso, advertiu o Presidente Getúlio Vargas em relação à urgente necessidade de dotar as Forças Armadas brasileiras.

Como resultado do movimento paulista, Vargas promulgou uma nova constituição em 1934. Pela nova Carta, foram convocadas eleições legislativas e de maneira indireta, Vargas foi eleito Presidente, com Borges de Medeiros ficando em segundo lugar. Góes Monteiro participou da redação da Constituição, sugerindo, dentre outras coisas, que os militares não teriam direito a voto, o que foi rechaçado pelos constituintes.

“Além disso, o general sempre combateu a intromissão dos militares na política partidária e só excepcionalmente admitia que ocupassem eles cargos estranhos ao Exército. Pleiteou mesmo, na Constituinte, que os militares, não tivessem o direito de voto, no que foi vencido”. (COUTINHO, 1956)

Como personalidade mais influente do novo regime, Góes Monteiro continuou escrevendo e fazendo informes sobre a situação do Exército, chegando a encaminhar ao Presidente da República uma proposta de reestruturação da Força. Insatisfeito com

o então Ministro da Guerra, General Augusto Inácio do Espírito Santo Cardoso, Vargas o destituiu e nomeou em seu lugar Góes Monteiro, em 18 de janeiro de 1934.

Na verdade, o que Vargas queria realmente, era ocupar o Gen Góes Monteiro com as tarefas acerca de sua eterna preocupação com a modernização do Exército e, assim, tirá-lo do caminho da política. Havia, no âmbito dos parlamentares, uma forte corrente que tinha a intenção de eleger Góes Monteiro para a Presidência da República na eleição indireta de 1934. Consciente da situação, Vargas utilizou todo o seu carisma e seu dom natural para relacionar-se com as pessoas para colocar Góes Monteiro em uma situação em que seu sentido do dever, sua lealdade e seu profissionalismo fossem mais importantes que suas ambições pessoais.

Contudo, os líderes políticos de sua candidatura não desistiram facilmente, procurando vencer suas resistências e chegando a apresentar uma lista contendo 128 assinaturas de constituintes que votariam no seu nome – a maioria absoluta. Ora, o Sr Getúlio Vargas estava, naturalmente, em dia com tudo isso, e, como a desconfiança é atributo político, teria passado a ver, no Gen Góes, um possível competidor nas eleições para Presidente, embora o compromisso tácito do General. E daí então a nomeação repentina deste para Ministro da Guerra, inibindo-o moralmente de competir com um amigo e chefe que lhe manifestava confiança e consideração... (COUTINHO, 1956)

Entre janeiro de 1934 e 07 de maio de 1934, período em que dirigiu o Ministério da Guerra, Góes Monteiro desenvolveu e regulamentou o Conselho de Segurança Nacional, órgão de assessoramento da Presidência da República para assuntos de defesa e segurança nacional. Teve que fazer frente a vários problemas disciplinares que dificultavam sua atuação na busca da profissionalização da Força. Em contrapartida, a declaração de sua posição de autoridade ante os demais militares serviu para controlar desejos de manifestações de caráter político-partidário dentro dos quartéis.

Dentre os problemas enfrentados, teve destaque a greve dos cadetes da Escola Militar, quando oitocentos cadetes, que não estavam de acordo com a realização de novos exames médicos, se insubordinaram contra o comandante, o General José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque. Como consequência, todos os cadetes foram punidos disciplinarmente e o comandante da Escola Militar foi destituído de seu cargo. Em 16 de maio, depois da publicação de um artigo considerado por Góes como ofensivo para a hierarquia militar, o General José Pessoa foi preso em seu domicílio, disciplinarmente, por 48 horas. Outro incidente ocorreu com o General Guedes da Fontoura por causa de manifestações por aumento dos

soldos, que tiveram ampla repercussão nos debates do Clube Militar. Havia, na opinião de Góes, um caráter bolchevista nas manifestações.

Era de fundo bolchevista, pela forma de incitamento e técnica correspondente, e envolvia o General Guedes da Fontoura, que ficara um tanto desapontado por não ter sido escolhido o seu nome para Presidente da referida associação de classe, cargo que se tornara conduto para o Ministério da Guerra. (COUTINHO, 1956)

Também havia a questão política envolvendo o líder gaúcho Flores da Cunha, que marcou, em grande medida, a gestão de Góes Monteiro frente ao Ministério da Guerra. O General Góes Monteiro queria desmobilizar os “Corpos Provisórios”, verdadeira milícia armada sob o comando do governador do Rio Grande do Sul, formada por voluntários civis e pela polícia militar do Rio Grande do Sul, a Brigada Militar. Flores da Cunha, por sua vez, tinha ambições que iam além das fronteiras de seu estado. Manter sob seu comando uma força militar que poderia rivalizar com o Exército Brasileiro era um forte instrumento de pressão contra o governo central. Por outro lado, boa parte da oficialidade do Exército era gaúcha e grande parte das unidades militares se encontrava no Rio Grande do Sul. Góes não admitia que outras forças, comandadas por líderes locais, pudessem ameaçar a hegemonia do Exército. Os políticos ligados a Flores da Cunha tentaram enfraquecer a posição do General, tanto no campo político, quanto no campo militar.

Pressionado dentro e fora dos quartéis, não restava a Góes outra alternativa senão renunciar a seu cargo de Ministro da Guerra, em 07 de maio de 1935, transmitindo seu cargo ao General João Gomes, que acabou se tornando seu desafeto. Fora do ministério e sem um papel definido dentro do governo, continuou como assessor informal do Presidente Getúlio Vargas, sendo instigado a opinar cada vez que surgia um fato relevante. Entre estas contribuições está sua participação direta na repressão à Intentona Comunista de 1935, estando presente, inclusive, nos enfrentamentos ocorridos no quartel do 3º Regimento de Infantaria, na Praia Vermelha, e, mais tarde, no fechamento da ANL, Aliança Nacional Libertadora, reunião de tendências políticas de esquerda, que, de maneira velada e sob pretexto de luta contra o fascismo e o imperialismo, tratava de difundir as ideias comunistas na sociedade.

Em 1936, apesar de Góes Monteiro haver sido nomeado Inspetor das Regiões Militares, do Rio de Janeiro até o extremo norte do país, continuou atuando mais na área política do que militar. Continuou assessorando o Presidente Getúlio Vargas,

assim, tendo participação efetiva em todas as decisões governamentais que afetavam o Exército. Tentou usar o Exército para fazer com que Flores da Cunha devolvesse as armas tomadas em 1930 e dissolvesse o “Corpo de Voluntários”. O General João Gomes, temeroso de que a posição de Góes Monteiro contra Flores da Cunha levasse o país a uma guerra civil, se negou a tomar qualquer posição contra o caudilho gaúcho, indo até o Presidente Getúlio Vargas para se queixar de Góes Monteiro. Vargas tomou partido de Góes Monteiro. João Gomes, desprestigiado, permaneceu algum tempo no cargo, mas acusado de, por sua omissão, causar graves danos à disciplina e à imagem do Exército, logo pediu demissão e foi para a reserva. Para seu lugar, Góes Monteiro indicou o General Eurico Gaspar Dutra.

A crise com Flores da Cunha gerou outros problemas no Exército. Góes Monteiro queria, a todo custo, retirar o poder das Polícias Militares, em especial da Brigada Militar do Rio Grande do Sul. Um grande número de oficiais era gaúcho ou casado com mulheres gaúchas, o que contribuía para criar um clima benevolente em relação ao estado. Rio de Janeiro e Mato Grosso foram objeto de uma intervenção federal, mas apenas a menção de que poderia haver uma intervenção no Rio Grande do Sul, provocou protestos por parte de oficiais superiores, o que acabou sendo denominado “Política dos Generais”. Se chama assim o movimento integrado por vários oficiais generais, dentre eles José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque e Valdomiro Castilho de Lima, tio da esposa do Presidente Getúlio Vargas, que criticavam a política de confrontação a Flores da Cunha idealizada por Góes Monteiro.

O novo Ministro da Guerra, o General Dutra, apoiado pelo novo Chefe do Estado-Maior do Exército, general Góes Monteiro, puniu os dois generais e realizou manobras com um grande efetivo no sul do Brasil, o que obrigou Flores da Cunha a refugiar-se no Uruguai. “Vários generais, temerosos de que a pressão contra Flores da Cunha acabasse em guerra civil, reuniram-se na casa do General José Pessoa e redigiram uma condenação às manobras no Sul.” (McCANN, 2009)

Ao mesmo tempo, Góes Monteiro e Dutra controlaram as Polícias Militares de São Paulo e Minas Gerais, acabando com as aspirações dos federalistas, que queriam mais autonomia para os estados, e garantindo assim a hegemonia do poder central. Politicamente, Góes Monteiro agiu para arrefecer os ânimos de Armando Sales Oliveira, candidato paulista à sucessão presidencial, e retirar sua candidatura. Apesar de não ter obtido sucesso, conseguiu reduzir a influência de Sales Oliveira sobre os

militares e garantir a coesão das Forças Armadas por ocasião do Golpe do Estado Novo.

Atuou para sufocar um golpe organizado pela Ação Integralista Brasileira, o que deu a Vargas mais um pretexto para a implantação do Estado Novo. Frank McCann resume as consequências do golpe para os Generais Dutra e Góes Monteiro. “Na esfera pessoal, o golpe assegurou a Dutra e Góes a permanência á frente do Exército, permitindo-lhes moldar sua contínua profissionalização, de acordo com suas concepções.” (McCANN, 2009)

A associação entre Dutra e Góes Monteiro fortaleceu o Exército. Os dois generais queriam a unidade da nação, condição que permitiria ao Exército voltar-se para sua tarefa principal. A segurança e a integridade do Brasil foram os principais motivos para que Góes Monteiro e Dutra se colocassem ao lado de Getúlio Vargas.

O Exército, representado por seus principais generais, queria defender o país. Esses militares supunham que o Exército não podia fazê-lo sob o regime de 1934, e assim derrubaram o governo constitucional em nome do bem maior, a segurança da pátria. Vargas assumiu o compromisso de equipar e armar as Forças Armadas para que pudessem cumprir seu dever, e recebeu em troca o poderio militar para um regime de força e desenvolvimento nacional. (McCANN, 2009)

Com o um Exército forte, agora unificado e conduzido com mão de ferro por seus dois generais mais destacados, Getúlio estava pronto para iniciar seu programa de desenvolvimento nacional e o Exército pronto para iniciar uma nova fase em sua história, com mudanças estruturais que podem ser vistas até os dias de hoje.

Oswaldo Aranha foi enviado aos Estados Unidos em busca de financiamento para a construção de estradas de ferro, rodovias e para a aquisição de equipamento militar. Com o Exército mais bem equipado, Vargas cumpria sua parte no acordo com os generais. A nova constituição garantia ao Exército o papel de garantir a ordem. A Constituição de 1934 já previa o reequipamento do Exército, o que não foi feito e que Góes Monteiro atribuiu a seu antecessor, o General João Gomes.

A mais clara expressão desse compromisso encontra-se no relatório do Estado-Maior do Exército de 1937, assinado por Góes Monteiro. Góes abriu o documento de 41 páginas com a acusação de que a lei de 1934, determinando que a reorganização do Exército deveria completar-se dentro de três anos, não fora cumprida. Pura e simplesmente, o Exército estava “imprestável para o campo de batalha”. Góes não fez menção ao ex-ministro, mas estava claro que o tinha em mente. (McCANN, 2009)

Como Chefe do Estado-Maior do Exército, Góes Monteiro trabalhou para adquirir rapidamente o equipamento militar necessário para equipar a Força. Chefiou

uma comitiva militar brasileira aos Estados Unidos para adquirir materiais e fortalecer os laços com aquela nação amiga. Registrou da seguinte maneira a visita:

Tive, principalmente, uma impressão deslumbrante do progresso material da poderosa nação. Era hóspede do Governo americano, que pôs à minha disposição tudo o que desejei, tendo recebido um tratamento verdadeiramente régio, extenso à minha família, que, também convidada pelo Governo norte-americano, foi juntar-se a mim logo depois. Visitei numerosos estabelecimentos industriais e instalações militares, e tive, realmente, uma ideia superior ao que podia imaginar sobre o adiantamento dos Estados Unidos. (COUTINHO, 1956).

O Brasil tinha tratados de defesa mútua, firmados com os Estados Unidos, nas conferências de Buenos Aires, em 1936 e de Lima, em 1938. Ainda assim, alguns historiadores, como Boris Fausto, tentaram imputar a Góes e Dutra um sentimento pró-alemão, porém suas ações de aproximação com os Estados Unidos e seu alinhamento com os aliados na Segunda Guerra Mundial, não deixaram dúvidas de que se tratavam de conclusões errôneas.

O empenho e a boa relação de Góes Monteiro com os Estados Unidos foi fundamental para a formação da Força Expedicionária Brasileira (FEB), para o acordo militar entre os dois países e para a construção da Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda, estado do Rio de Janeiro. Depois das influências alemã e francesa, chegou a vez dos norte-americanos. Era o maior passo da transformação sonhada por ele. O desempenho da FEB na Itália, lutando ao lado das tropas aliadas, utilizando armamento moderno, aprendendo e desenvolvendo novas táticas, foi o ponto de partida para o Exército moderno que ele tanto sonhava. Criou-se uma identidade dentro da Força que persiste até os dias de hoje. O Brasil, como único país da América Latina a participar do conflito, adquiriu uma experiência sem igual, de extremo valor e que dá a seus integrantes o imenso orgulho de pertencer a uma instituição que combateu o nazismo e defendeu a humanidade.

Em 1943, Góes Monteiro saiu do Estado Maior do Exército e assumiu o posto de Embaixador Extraordinário junto ao Comitê Consultivo de Emergência para a Defesa do Continente, em Montevidéu, Uruguai, cargo que ocupou até dezembro de 1944. De volta ao Brasil, seguiu influenciando as decisões políticas e militares da nação. Foi Góes quem comunicou a Getúlio Vargas que seu governo já não era mais aceito pelos brasileiros, que ele deveria renunciar e que deveria haver eleições livres. Coube a ele, também, manter a unidade do Exército durante a transição de governo entre Vargas e Dutra. Junto com Dutra, pôde assegurar os recursos necessários para

a construção das estruturas que seriam as impulsionadoras da modernização do Exército Brasileiro: A Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), em Resende, no Rio de Janeiro, o Instituto Militar de Engenharia (IME), na Urca, Rio de Janeiro, a Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME), também na Urca e o Palácio Duque de Caxias (PDC), no Rio de Janeiro. A dimensão dessas obras, resultado de sua visão de futuro, foi muito superior á capacidade de absorção do Brasil do momento, dos benefícios que elas poderiam trazer.

Durante a Era Vargas, Góes Monteiro foi o militar de maior destaque e de maior influência, inclusive sobre o próprio Presidente da República, se comportando como a verdadeira autoridade do período. Nas palavras do então capitão Mário Travassos: “Meu general é general desde tenente.” (McCANN, 2009).

O Exército cresceu e se modernizou não apenas em infraestrutura, mas também em material, doutrina e pensamento. As transformações estruturais implementadas e a estabilidade criada por Góes Monteiro e Dutra foram fundamentais para que o Exército pudesse mirar o futuro e se mantivesse coeso daí para frente. Nunca mais o Brasil veria lutas fratricidas entre facções do Exército. Em 1964, o espírito de corpo falou mais alto e o Exército não se dividiu, pelo contrário, marchou unido nos anos que se seguiram. No pós 64, atacado por todos os lados, o Exército manteve-se mais uma vez unido. A “política do Exército” foi consolidada.



Figura 2: Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN)

Fonte: <http://www.folhadointerior.com.br/cerimonia-na-aman-aumenta-em-75-lotacao-de-hotéis-em-resende/>



Figura 3: Palácio Duque de Caxias (PDC). Fonte:
http://www.inepac.rj.gov.br/index.php/bens_tombados/detalhar/284



Figura 4: Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). Fonte:
https://pt.wikipedia.org/wiki/Escola_de_Comando_e_Estado-Maior_do_Ex%C3%A9rcito



Figura 5: Instituto Militar de Engenharia (IME)

Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Instituto_militar_de_engenharia.jpg

5 CONCLUSÃO

O General Pedro Aurélio de Góes Monteiro foi um dos militares mais destacados da história do Brasil. Foi, junto com o General Eurico Gaspar Dutra, um dos pilares do governo de Getúlio Dorneles Vargas, o mais longo governante brasileiro do período republicano e que, tendo início com a Revolução de 1930, durou quinze anos. Desde jovem, aspirava fazer parte de um Exército moderno, disciplinado, coerente, bem equipado e à altura das dimensões territoriais e políticas do Brasil. Aliar-se a Vargas e dar suporte a ele no poder, foi a forma encontrada por ele para atingir seu objetivo. A mudança econômica do país, deixando de lado a monocultura agroexportadora, permitiria a formação de uma sólida base industrial de defesa, requisito fundamental para a transformação do Exército. Além disso, com as ideologias políticas radicais, notadamente o Comunismo e o Integralismo, presentes no seio do Exército, apenas estando em destacada posição de poder, Góes Monteiro poderia lutar pela profissionalização da Força.

Como Ministro da Guerra, Chefe do Estado-Maior do Exército e Embaixador Extraordinário para a Defesa Política do Continente, em Montevidéu, Góes participou

ativamente das obras e das ações que mudaram o Exército profundamente. A aliança com os Estados Unidos permitiu acesso a técnicas e a alguns dos armamentos mais modernos da época, a atualização da doutrina e a aquisição de experiência de combate através da Força Expedicionária Brasileira.

A construção da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), do Palácio Duque de Caxias (PDC), do Instituto Militar de Engenharia (IME) e do atual edifício da Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME), juntamente com o Edifício Praia Vermelha (EPV), assim como outras obras de infraestrutura realizadas na época, possibilitaram uma profunda transformação no Exército. As mesmas estruturas permitem, nos dias de hoje, que a Força ambicione voos mais altos. A visão de futuro implementada quase 80 anos atrás é um exemplo do que preconiza o que chamamos hoje de Planejamento Baseado em Capacidades, metodologia que envolve atitudes multidimensionais com o objetivo de transformar a Força do futuro. Os investimentos na base industrial de defesa, na infraestrutura, no ensino e na doutrina, permitiram e permitem a realização de tarefas no presente e a visualização de soluções no futuro. Além disso, o alinhamento com os Estados Unidos proporcionou o acesso a materiais e doutrinas modernas que mudaram profundamente o pensamento militar brasileiro. A participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, aliando-se às grandes nações que lutaram contra o fascismo na Europa, criou uma nova identidade e um valioso patrimônio imaterial que enobrecem a história e a imagem da Força.

No campo político, Góes Monteiro conseguiu pacificar o Exército e direcioná-lo para a profissionalização e o afastamento gradual da política. Daí para frente, poucos movimentos, na maioria casos isolados, afetariam a unidade da tropa. Mesmo em 1964, apesar dos indícios de que uma grave cisão poderia acontecer, o Exército, ao final, marchou unido. A ação de Góes Monteiro para impedir a politização dos militares da ativa e a militância política dentro dos quartéis, serve de alerta para os dias de hoje e para as consequências que isso pode trazer para a Força.

Depois de Góes Monteiro o Exército mudou, profissionalizou-se, amadureceu como Força Armada e como instituição nacional e permanente. Adquiriu capacidades que o permitem, nos dias de hoje, transformar-se no futuro.

REFERÊNCIAS

Centro de pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas. Arquivo sobre o General Eurico Gaspar Dutra. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/eurico_gaspar_dutra. Acesso em 04 mar. 2020.

Centro de pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas. Arquivo sobre o General Góes Monteiro. Acessado em 04 de março de 2020, em https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/goes_monteiro

COUTINHO, Lourival. **O General Góes Depõe**. 2. ed. Rio de Janeiro: Coelho Branco, 1956.

DIAS, Donaldo de Souza. **Como Escrever uma Monografia**: manual de elaboração com exemplos e exercícios. São Paulo: Atlas, 2010.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. **Tenentismo e Política**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930**. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1970.

FIGUEIREDO, Eurico de Lima. **Os Militares e a Revolução de 30**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GALVÃO, Fernando William Lopes. **O Exército no processo político brasileiro: período da Segunda República (1930-1945)**. Rio de Janeiro: Escola de Comando e Estado Maior do Exército, 2010.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil de Getúlio a Castelo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

McCANN, Frank D. **Soldados da Pátria**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2010.

WAACK, William. **Camaradas**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1988.

GUSMÃO, Sanzio Ricardo Rocha. **O papel dos generais Dutra e Góes Monteiro na profissionalização do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: Escola de Comando e Estado Maior do Exército, 2011.